

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) no ano de 2025, realizada no dia 08 de agosto de 2025 (quinta-feira), às 14h, no formato online, com a seguinte ordem do dia: 1 - Abertura; 2 – Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC), realizada em 21/10/24; 3 – Apreciação de minuta de resolução para hierarquização de áreas prioritárias para investimento em saneamento rural; 4 – Assuntos gerais; 5 – Encerramento. Item 1 – Abertura: Reunião iniciada às 14h15 em primeira chamada pelo coordenador Zenilson Coutinho (Asflucan), com oito titulares presentes. Demais membros presentes: Daniele Alvarenga (Município de Bom Jesus do Itabapoana), Ramon Fonseca (Águas do Paraíba), Juliana Rangel (Coagro); José Armando Barreto (Município de Italva), José Grimaldi (Aprudom), Romulo Viana (Redi), Luiza Salles (Ecoanzol), Luis Maurício Teixeira (Aprusam). Equipe Agevap presente: Amaro Neto, Antonio Ednaldo e Thaís Nacif. A pedido do coordenador Zenilson Coutinho, Thaís Nacif realizou a leitura da pauta da reunião. **Item 2 – Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC), realizada em 21/10/24:** a ata foi aprovada por unanimidade. **Item 3 – Apreciação de minuta de resolução para hierarquização de áreas prioritárias para investimento em saneamento rural:** Thaís Nacif informou que a minuta de resolução foi aprovada no GT Saneamento Rural e está agora sob apreciação da Câmara Técnica para, posteriormente, seguir para aprovação em plenário. Ela explicou que Antônio Ednaldo apresentaria o documento e a metodologia de contratação para o projeto de saneamento rural na região hidrográfica nove. Antônio Ednaldo complementou que a minuta já foi avaliada e aprovada pelo GT após duas reuniões, e apresentou o programa Sanear, criado em 2021 pelo Comitê Guandu para levar serviços de coleta e tratamento de esgoto para áreas rurais não atendidas por concessionárias. Explicou que, desde 2021, o Rio de Janeiro e o interior têm avançado em concessões de saneamento, com a pauta migrando para o saneamento rural, pois o número de municípios sem concessão está diminuindo. Ele mencionou uma reunião em 7 de julho de 2025, na qual quatro comitês debateram uma contratação ampla para otimizar recursos e contratar lotes em conjunto, nivelando a conversa sobre o programa de saneamento rural. Antonio Ednaldo explicou que o comitê ainda não possui uma ação estruturada para saneamento, mas que o saneamento rural tem ganhado espaço na agenda, sendo a primeira fase do programa o planejamento e a hierarquização das áreas rurais que receberão as ações. Ele detalhou que a fase atual é a de definição de critérios objetivos e metodologia para demonstrar o porquê e os motivos das áreas selecionadas para receberem recursos. Após essa fase de planejamento, a próxima etapa será identificar as necessidades de esgotamento sanitário. Antonio Ednaldo explicou os quatro passos do programa Sanear, que incluem a identificação de aglomerados urbanos na bacia selecionada, a contratação de uma gerenciadora executora e a mobilização e execução das ações. Ele detalhou o progresso de outros comitês, mencionando que o Comitê do Médio Paraíba do Sul e o Rio Dois

Rios já realizaram a hierarquização, enquanto o Comitê do Baixo Paraíba do Sul está em processo de finalização. Os próximos passos para o programa Sanear são a aprovação da hierarquização no comitê e a identificação de propriedades por georreferenciamento para elaborar o termo de referência para a contratação da empresa. Antonio Ednaldo apresentou as perspectivas de um projeto de saneamento em Guandu, destacando que o custo médio de uma solução individual é de R\$ 8.000 por unidade instalada, podendo variar conforme as características construtivas da residência. Ele explicou que, com um investimento de R\$ 2 milhões, 90% seriam destinados à construção dos sistemas e 10% à gestão, possibilitando a instalação de aproximadamente 225 soluções individuais na região. Antonio Ednaldo também mencionou que o programa inclui ações correlacionadas, como infraestrutura verde e educação ambiental, e que o arranjo institucional é gerido por um comitê que define as diretrizes e prioridades. Antonio Ednaldo explicou que a AGEVAP assina um acordo de cooperação técnica com os municípios, que se comprometem com o apoio e acompanhamento das ações do programa, e também contrata as empresas construtora e gerenciadora. Ele detalhou os próximos passos, que incluem a aprovação da hierarquização das áreas, o levantamento georreferenciado de propriedades rurais na bacia, o contato com os municípios, a assinatura dos acordos de cooperação técnica e a contratação das empresas executora e gerenciadora. Ainda mencionou um caso de sucesso em uma região com investimento em saneamento rural. Antonio Ednaldo explicou que os pontos vermelhos no mapa representam projetos de instalação, mas nem todas as unidades foram instaladas devido à necessidade de aceitação e colaboração dos proprietários, que nem sempre são possíveis. Ele também mostrou um aglomerado de soluções individuais executadas no Sanear Guandu, demonstrando o alcance do programa. Em seguida, João Gomes Siqueira se desculpou pelo atraso e perguntou a Ednaldo se ele havia apresentado a hierarquização do grupo de trabalho, que ele não tinha visto por não ter entrado ainda na reunião. João Gomes Siqueira perguntou se a contratação será conjunta para otimizar o acompanhamento e a execução da obra, que incluirá a aquisição e distribuição individual de equipamentos para propriedades rurais e casas. Ele também enfatizou a importância do processo de hierarquização, discutido no GT e nos comitês, para a escolha da melhor microbacia, pois a falta de uma discussão eficiente nos comitês em outros programas, como o Mananciais, levou a questionamentos e dificuldades na implementação de microbacias. João Gomes Siqueira considerou o programa Mananciais maravilhoso, mas ressaltou que a execução revela mais do que o planejamento, permitindo identificar e corrigir problemas. Ele destacou a necessidade de definir microrregiões para alocação de recursos. Por fim, João Gomes Siqueira perguntou a Antonio Ednaldo Souza Oliveira se o edital do projeto era oriundo do programa Sanear Guandu, questionando se foi um espelhamento ou exemplo, e Antonio Ednaldo Souza Oliveira confirmou ter abordado essa questão inicialmente. Antonio Ednaldo explicou que a ideia é fazer uma contratação unificada por lotes para otimizar

81 a agilidade na aplicação dos recursos e que por isso desejam seguir com os quatro
82 comitês. Ele também afirmou que a metodologia da resolução é a mesma utilizada pelo
83 Piabanha, que aprovou a sua própria resolução. Antonio Ednaldo explicou que a
84 diferença em relação a outros trabalhos é o uso de 10 indicadores, pois a base de dados
85 não contemplava 3 dos 13 indicadores inicialmente previstos, mas o resultado ainda é
86 similar. Thais Nacif complementou que a minuta da resolução foi enviada a todos os
87 membros do Comitê, incluindo as atas do GT Saneamento, para consulta, e que a única
88 alteração foi a inserção das referências bibliográficas, conforme solicitado pelo grupo
89 de trabalho. Antonio Ednaldo propôs que a discussão se concentre na parte dos
90 indicadores para otimizar o tempo, já que a minuta se divide em duas partes: obrigações
91 da prefeitura e delineamentos do programa, e a segunda parte sobre os indicadores.
92 João Gomes Siqueira expressou a frustração com a falta de apoio dos municípios,
93 afirmando que a ausência de parceria os deixa desmobilizados e desarmados em relação
94 às ações que podem ser implementadas, apesar do bom trabalho dos técnicos. Ele
95 solicitou que fossem lidas as atribuições das prefeituras e os indicadores para registro
96 na reunião da CTC, destacando que, independentemente do partido do prefeito, a
97 discussão e a proposta permanecerão as mesmas. João Gomes Siqueira enfatizou a
98 necessidade de ajustes nas políticas públicas que não estão atendendo as expectativas.
99 Zenilson Coutinho afirmou que a reunião atual tem como objetivo aprovar uma
100 resolução, e a decisão da prefeitura de aderir ou não será tratada em um documento
101 separado. João Gomes Siqueira concordou com a abordagem e solicitou que Antonio
102 Ednaldo lesse a seção da resolução referente às responsabilidades da prefeitura. João
103 Gomes Siqueira elogiou a rápida aprovação da resolução, ressaltando que, sem o
104 trabalho do GT e do comitê, ela não teria sido aprovada na plenária. Antonio Ednaldo
105 explicou que a resolução trata da criação do programa Sanear Baixo Paraíba do Sul e
106 Itabapoana, que visa hierarquizar áreas rurais para implementar soluções de
107 saneamento, e Thais Nacif complementou que a responsabilidade dos municípios pela
108 manutenção será formalizada por um acordo de cooperação técnica. Houve uma
109 discussão liderada por João Gomes Siqueira e José Armando Ribeiro Barreto sobre a
110 clareza da redação do artigo terceiro, que aborda a responsabilidade dos municípios
111 pela manutenção dos sistemas, sugerindo que a execução e a manutenção fossem
112 explicitadas de forma mais distinta, para evitar confusões futuras. Antonio Ednaldo
113 Souza Oliveira seguiu realizando a leitura da minuta do documento e apresentou os
114 indicadores de esgotamento sanitário da região hidrográfica nove, mencionando que
115 todas as soluções são individuais e que a análise se baseou no atlas da região e em 13
116 sub-bacias para as análises geoespaciais, destacando a bacia do Paraíba do Sul na parte
117 central. Mauricio Salles perguntou se a baixa pontuação da Lagoa Feia indicava que ela
118 tinha menos problemas de saneamento, ao que Antonio Ednaldo confirmou que,
119 baseado em dados oficiais, sim, e também esclareceu a localização do Ururaí em relação
120 ao mapa. Antonio Ednaldo explicou que a utilização de dados oficiais para indicadores

de saneamento pode mascarar a realidade, especialmente em relação a lançamentos clandestinos de esgoto que não são rastreáveis e não constam nas estatísticas. Mauricio Salles questionou se os dados oficiais condizem com a realidade, citando o canal Campos-Macaé e o rio Macabu como exemplos de locais com grande contribuição de esgoto não tratada que afeta a Lagoa Feia. José Armando corroborou, destacando a descarga significativa de esgoto no canal do Jacaré e a necessidade de atenção à área rural. Antonio Ednaldo destacou a universalidade do problema do saneamento rural, com as pessoas utilizando corpos hídricos para descarte de esgoto, e observou que os recursos do comitê são limitados, exigindo a seleção de um local para implementação. Ele sugeriu modelar o programa com uma resolução que estabeleça hierarquias, podendo ser revista para adicionar ou complementar elementos e indicadores conforme o programa for executado e houver aprendizado. Antonio Ednaldo enfatizou que é importante que o comitê inicie um programa de gestão adaptativa para resolver os problemas de saneamento, começando com uma equipe pequena e aperfeiçoando o modelo ao longo do tempo. Ele também mencionou que o comitê não conseguirá resolver o problema sozinho devido aos recursos limitados e sugeriu que o programa, uma vez funcionando, poderia atrair outras fontes de financiamento. Zenilson Coutinho e Antonio Ednaldo também ressaltaram a importância de considerar a adesão dos municípios aos programas, pois nem todos os municípios podem priorizar tais iniciativas. José Armando e Mauricio Salles discutiram a possibilidade de utilizar recursos devolvidos que não foram executados para ampliar o programa, e Mauricio Salles defendeu a concentração dos esforços em um projeto piloto bem-sucedido para resolver os problemas de forma eficaz, em vez de dispersar os recursos em pequenas ações que não trarão resultados significativos. Antonio Ednaldo enfatizou que é importante que o comitê inicie um programa de gestão adaptativa para resolver os problemas de saneamento, começando com uma equipe pequena e aperfeiçoando o modelo ao longo do tempo. Ele também mencionou que o comitê não conseguirá resolver o problema sozinho devido aos recursos limitados e sugeriu que o programa, uma vez funcionando, poderia atrair outras fontes de financiamento. Zenilson Coutinho e Antonio Ednaldo Souza Oliveira também ressaltaram a importância de considerar a adesão dos municípios aos programas, pois nem todos os municípios podem priorizar tais iniciativas. José Armando e Mauricio Salles discutiram a possibilidade de utilizar recursos devolvidos que não foram executados para ampliar o programa, e Mauricio defendeu a concentração dos esforços em um projeto piloto bem-sucedido para resolver os problemas de forma eficaz, em vez de dispersar os recursos em pequenas ações que não trarão resultados significativos. A minuta de resolução foi aprovada por unanimidade. **Item 4 – Assuntos gerais:** José Armando informou que não poderá comparecer à reunião do dia 12 devido a uma conferência, mas garantiu sua concordância com a aprovação e que enviará um representante. João Gomes Siqueira destacou a importância do Simpósio do Baixo Paraíba do Sul, que contará com a

161 presença do Ministro da Integração e a inauguração da sala de monitoramento, sendo
162 um evento aberto ao público no dia 27 de agosto de 2025. João Gomes Siqueira
163 destacou que o evento será uma grande oportunidade para conversar e trocar ideias
164 com autoridades e técnicos. Ele também mencionou que o Protratar, um programa de
165 esgotamento sanitário urbano, teve uma revisão na aplicação de recursos, onde a
166 porcentagem destinada aos comitês diminuiu de 70% para 20% com a aprovação de
167 uma nova lei, impulsionando a criação do Sanear Rural. João Gomes Siqueira explicou a
168 visão ambiental do comitê, que se concentra na manutenção do ambiente ligado à água
169 e na regeneração dos corpos hídricos. Ele afirmou que, com isso, eles podem investir no
170 saneamento rural, onde acredita que causarão um impacto significativo ao impedir que
171 fazendas joguem esgoto diretamente nos rios, ao contrário do saneamento urbano, que
172 não é de sua competência. José Armando esclareceu que representa a APRUSAM no
173 CEIVAP, que é a Associação de Produtores Rurais de São Martinho da Baixada Campista,
174 e não o município de Itálva, que é representado pelo Anderson Curti. Ele enfatizou a
175 importância da união e articulação para promover modificações no Protratar, que ele
176 acredita que não oferece oportunidades suficientes para municípios menores. Mauricio
177 Salles sugeriu convidar autoridades como o Dr. Flávio e Jair Bittencourt, que são
178 secretários estaduais, para o evento, pois considera importante a presença de
179 representantes governamentais. Thais Nacif confirmou que os convites estão sendo
180 encaminhados para municípios, prefeituras, entidades e órgãos, incluindo os secretários
181 sugeridos. José Armando sugeriu que o comitê se aproxime de Vitor Tinoco, o
182 superintendente federal da agricultura familiar, devido às suas ligações com a UENF e o
183 CIDENNF, além de seu envolvimento com o saneamento rural. Mauricio Salles também
184 destacou a importância de se conectar com o Ministério da Agricultura. Thais Nacif
185 ofereceu-se para investigar a comunicação entre os ministérios e encaminhar convites,
186 enquanto José Armando mencionou sua ligação com a Casa Civil através da rede
187 estadual de colegiados territoriais, que pode auxiliar na articulação e organização de
188 futuras conferências de desenvolvimento rural. **Item 5 – Encerramento:** Reunião
189 encerrada pelo Coordenador da CTC, Zenilson Coutinho, às 15h47. A presente ATA foi
190 lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto (Agevap) e depois de aprovada será
191 assinada pelo Coordenador da CTC do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do
192 Sul e Itabapoana.



Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)
Coordenador da CTC